

“Os vândalos ao poder”

Violência política e poder popular nos protestos de 2012/2013 em Porto Alegre. Reflexões estratégicas à luz de Benjamin e Lukács.

Alex Martins Moraes¹

Os meses de Junho e Julho de 2013 marcaram um dos recentes auges de expressão pública dos protestos populares que vinham ocorrendo há meses em diferentes lugares do Brasil. Enquanto as ruas transbordavam, múltiplos atores sociais procuravam construir explicações e interpretações para um fenômeno que foi definido, principalmente nas esferas oficiais e no discursos dos grandes meios de comunicação, como algo inesperado e difícil de decifrar. Em parte, esta aura de mistério e perplexidade projetada sobre as marchas multitudinárias foi produto da dificuldade inicial da mídia hegemônica em estabilizar sua própria narrativa dos fatos. Após as primeiras manifestações de violência e radicalidade nos protestos contra o aumento das passagens de ônibus ocorridos em São Paulo, a grande mídia não hesitou em ativar sua tradicional retórica de criminalização dos movimentos sociais e enaltecimento das forças da ordem. Alguns dias depois, contudo, quando a repressão policial generalizou-se e as manifestações se ampliaram ainda mais, foi necessário recompor o discurso e reavaliar os “fatos”. Este segundo movimento interpretativo promovido pelos grandes jornais e cadeias de televisão – com a TV Globo e suas sucursais à cabeça – pode definir-se como uma tentativa de “nacionalizar” e docilizar o relato dos protestos, negligenciando deliberadamente as características por eles assumidas em contextos sociais locais.

¹ Antropólogo, membro do Grupo de Estudos em Antropologia Crítica. Adepto daquilo que Toni Negri define como *co-investigação cognitiva e subversiva* para dar início a qualquer processo de emancipação.

A produção de uma narrativa abstrata² sobre as manifestações adquiriu certo poder de interpelação e convocatória entre as classes médias mais conservadoras, instaurando a furtiva possibilidade de reeditar a melancólica tentativa de “golpe branco” ensaiada contra o presidente Lula no ano de 2006. Naquela oportunidade tentou-se vincular o então presidente da República com um nebuloso “escândalo de corrupção” na Câmara de Deputados. Apesar de a manobra não ter conseguido desatar qualquer tipo de movimento de massas contra o governo, é inegável que produziu consequências desastrosas para a sua imagem pública durante longos meses.

Concomitante às jogadas midiáticas, outra arena de disputa em torno dos sentidos e dos rumos dos protestos foi estimulada a partir da esquerda sindical e de outros movimentos sociais do campo e da cidade. Estes atores políticos decidiram convocar sua militância a intervir diretamente sobre as marchas, respaldando aqueles grupos previamente mobilizados com os quais compartilhavam determinados interesses e princípios políticos³. A presidenta da República inaugurou sua participação nesse jogo de forças com um pronunciamento em cadeia nacional em 21 de Junho de 2013. Em tal oportunidade, Dilma Rousseff afirmou estar inclinada a ouvir as vozes das ruas, mas condenou o uso da violência nos protestos sociais. Dilma classificou a violência como “perda de rumo” orquestrada por “pequenos grupos de arruaceiros” diante do que poderia ser “uma oportunidade histórica de fazer o país avançar”.

² Depois de criticar com veemência os primeiros protestos ocorridos em São Paulo, afirmando que os manifestantes identificados com o Movimento Passe Livre eram caricaturais e não “valiam nem um vintém” (<http://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>), Arnaldo Jabor, comentarista político da Rede Globo, procurou retratar-se em uma transmissão pela rádio CBN. Nesta ocasião, Jabor afirmou ter se equivocado na primeira análise e sugeriu que os jovens ativistas de hoje são equiparáveis aos que derrubaram o presidente Collor em 1992, com a vantagem de não terem “um rumo, um objetivo certo *a priori*”. Feitas estas “constatações”, o jornalista decide aconselhar o movimento, apontando alguns objetivos concretos para canalizar a insatisfação política: combate à corrupção, críticas a política de aquisição de refinarias da Petrobras e ao Programa de Aceleração do Crescimento (<http://www.youtube.com/watch?v=IXZCXENNMD0>).

³ MST, CUT, UNE, CONLUTAS entre outros movimentos sociais e entidades de classe tentaram articular suas estratégias políticas em uma reunião no dia 21 de junho em São Paulo. A cobertura desse encontro realizada pela Rede Brasil Atual relata o seguinte: “Representantes de diversos movimentos apresentaram ideias de como pautar os militantes para os novos protestos marcados para esta semana, além de combater de forma ideológica as iniciativas reacionárias que têm se mostrado crescentes nas últimas mobilizações de rua. A constatação é de que muitas das pautas progressistas apresentadas por muitos manifestantes são reivindicações antigas dos movimentos sociais. Por isso, aproveitar o momento para reforçar o coro e construir um diálogo com o poder público é fundamental para novas conquistas” (<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/movimentos-cobram-uniao-da-esquerda-em-conjuntura-pesada-para-fechar-propostas-conjuntas-4662.html>).

Seria possível prosseguir em uma narrativa interminável dos movimentos táticos de distintos atores institucionais na disputa pelo sentido e pelos efeitos das sublevações de 2013, passando por alto o conteúdo específico das reivindicações e das estratégias de combate desenvolvidas localmente nas dezenas de cidades levantadas. Entretanto, a adoção de tal postura implicaria continuar flutuando numa nuvem de definições abstratas e de desejos de cooptação muito pouco enraizados nas disputas, expectativas e projetos que estavam e estão sendo definidos na esfera pública heterogênea e polifônica instaurada pelos protestos.

Dada sua enorme capacidade interpeladora – capaz de mobilizar múltiplas sensibilidades e desejos políticos – é possível dizer que os protestos de Junho/Julho de 2013, aquém de qualquer perspectiva generalizante e desencarnada, não são outra coisa que os efeitos concretos e transitórios das disputas políticas originadas sob seu espectro. Falar sobre os atuais levantamentos populares é já [pretender] intervir de alguma forma sobre eles, é incluir-se em sua “onda de impacto” com todas as consequências e responsabilidades que disso poderiam advir. Não existem, portanto, enigmas a serem desvendados por analistas serenos e supostamente desinteressados. O que há são debates pendentes, problemáticas por serem elucidadas, projetos por inventar ou redefinir em um horizonte de ação sempre dinâmico e cambiante.

Este breve artigo consiste num exercício situado de reflexão a respeito das recentes mobilizações sociais brasileiras. Como partícipe de alguns debates e ações coletivas que foram conformando os protestos de rua em Porto Alegre, parece-me estratégico no atual momento indagar sobre a dimensão propositiva desses movimentos. Meu esforço reflexivo aponta no sentido de reiterar a capacidade de autoenunciação dos sujeitos mobilizados e de fortalecer debates programáticos, localizados mais além da mera deriva arbitrária entre medo, perplexidade e culto apologético da festa carnavalesca, tão característica, aliás, dos *experts* de camarote.

Como mencionei mais acima, muito do que se debateu nos meios de comunicação hegemônicos e nos corredores da política institucional dizia respeito à problemática da legalidade/ilegalidade – e, portanto, legitimidade/ilegitimidade – das táticas de luta adotadas nas manifestações. Cada vez que uma nova marcha ocorria e outra dezena de lojas, bancos, edifícios públicos, ônibus e viaturas policiais eram destruídos em meio a

uma chuva de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, voltava a ressoar a pergunta canônica: como é possível que isto esteja acontecendo? Logo em seguida, num ritual cacofônico, proliferavam as respostas de sempre. Mais ou menos complacentes com relação ao tom dos protestos, todas pareciam convergir em algumas certezas fundamentais que podem ser sintetizadas da seguinte maneira: 1) o “povo” recém estava “despertando” para a vida democrática, daí sua pouca clareza de ação – e a necessidade de aconselhá-lo; 2) a violência emanava de grupos isolados, fossem eles delinquentes saqueadores ou ultra-esquerdistas sem critério. Tanto a pergunta insistente como as respostas preconceituosas multiplicadas *ad nauseam* nas esferas públicas mais tradicionais da democracia brasileira dão testemunho de uma crença profética no “progresso” institucional e de uma fé na inexpugnabilidade do *status quo* – ambas, posturas escandalosamente incompatíveis com as expectativas e alternativas que vinham sendo gestadas e negociadas nas ruas.

Na presente intervenção, confronto as narrativas hegemônicas com uma leitura a contrapelo de certas experiências de luta vivenciadas em Porto Alegre entre finais de 2012 e meados de 2013. Tomo a derrubada do mascote da Copa do Mundo FIFA instalado no centro da cidade em outubro de 2012 e a ocupação, nove meses depois, da Câmara de Vereadores por centenas de manifestantes como eventos privilegiados para avaliar os usos do poder cultivados no seio das práticas contestatárias. Dedico especial atenção ao modo como os manifestantes elaboraram sua própria crítica do sistema jurídico hegemônico e dos aparelhos repressivos estatais, mobilizando formas originais de violência política e experimentando com outras práticas de participação social e de tomada de decisões. Meu percurso analítico se desdobra em meio a uma interlocução que conjuga elementos de teoria política gestionados na extensa esfera pública das manifestações com aportes críticos sobre dinâmica histórica, violência e poder originados de uma leitura estratégica – e pragmaticamente orientada – dos textos de Walter Benjamin (principalmente *Sobre o conceito de história*⁴; *Para uma crítica da*

⁴ Utilizo, aqui, a tradução de Gagnebin e de Muller a partir do original alemão "Ober den Begriff der Geschichte" em *Gesammelte Schriften*, organizado por R. TIEDEMANN e H. SCHWEPPEHAUSER. Esta tradução foi publicada na Obra "Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história", de Michael Löwy (2005).

violência) e György Lukács (*História e Consciência de Classe*).

O esvaziamento do consenso

No dia 4 de outubro de 2012, ao cair da noite, uma pequena multidão de cerca de seiscentas pessoas convocadas prioritariamente através das redes sociais concentrou-se na Praça Montevideu, em frente ao edifício da Prefeitura de Porto Alegre. A consigna vigente era “defender a alegria”. Durante boa parte daquela jornada, uma composição heterogênea de movimentos culturais, sociais, grupos musicais e de teatro fez emergir um espaço efervescente de interação criativa que questionou as políticas de gentrificação⁵ do centro urbano.

Por volta das 23h, o movimento que havia começado na Praça Montevideu se estendeu ao espaço contíguo do Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Público, onde estava instalado um enorme boneco inflável patrocinado pela Coca-Cola representando o mascote da Copa do Mundo de 2014, batizado de Tatu Bola. Referida peça publicitária encontrava-se protegida por uma dezena de efetivos da tropa de choque da Brigada Militar (a polícia militarizada do Estado do Rio Grande do Sul). Após algumas discussões dispersas sobre a pertinência de se aproximar do mascote, a maior parte dos manifestantes finalmente alcançou as grades de proteção que o circundavam. Em poucos minutos, sujeitos procedentes das diversas coletividades reunidas na manifestação, bem como pessoas independentes de quaisquer coletivos políticos ou

⁵ Gentrificação – neologismo derivado da palavra inglesa *gentry*, que numa tradução aproximada significa “alta burguesia”, “pessoas de bem” – diz respeito às dinâmicas de transformação ativa dos bairros humildes e das zonas mais deprimidas da cidade em circuitos da moda, frequentados por pessoas adequadas. Em 11 de março de 2012, José Fortunati (PDT), Prefeito de Porto Alegre, postou em seu blog (<http://fortunati.com.br/reportagem-de-zh-destaca-qualificacao-do-centro-historico-de-poa/>) uma matéria publicada um dia antes no jornal Zero Hora, que parecia endossar certas práticas de apropriação e uso do espaço urbano passíveis de conceptualização através da ideia de gentrificação. Em referida matéria, os jornalistas Erik Farina e Lara Ely enfatizam a chamada “qualificação” do Centro Histórico, sugerindo que “a imagem de um Centro abarrotado de lojas populares e pontilhado de carrocinhas de lanche barato, que se consolidou no imaginário dos porto-alegrenses com menos de 40 anos, está ficando para trás”. Em seu lugar, começam a aparecer “grandes redes de comércio e restaurantes que cobijam um público de maior poder aquisitivo e mais descolado (...) Diversas inaugurações ocorreram em espaços de antigas galerias, cinemas ou espaços antes ocupados por negócios populares”. Antes de constituírem meras descrições de uma transição urbana “natural”, intervenções como as de Fortunati e as da Zero Hora operam como componentes ideológicos de um processo articulado de reconversão da zona cêntrica. Neste processo incluem-se diversos agentes político-econômicos e repressivos, como imobiliárias, corretores de imóveis, secretarias de cultura, guarda municipal, etc.

artísticos, investiram sobre o Tatu Bola prescindindo de qualquer estratégia de abordagem previamente acordada. Os poucos policiais presentes no local não puderam evitar o esvaziamento e posterior derrubada do boneco.

Enquanto o Tatu Bola desfazia-se lentamente, ia desembarcando no centro da cidade um ostensivo contingente policial cuja inaudita atuação repressiva redundou em dezenas de feridos e na destruição de muitas câmeras fotográficas portadas tanto pelos manifestantes como pelos jornalistas ali presentes. O esvaziamento do Tatu Bola trouxe ao centro da Capital outra dimensão violenta de um projeto de cidade que já vinha afetando fazia vários meses as populações de diversos bairros populares e vilas⁶. Nestes espaços, centenas de famílias experienciavam, cotidianamente, todo o tipo de pressão econômica, violência simbólica e chantagem política para deixarem suas casas e darem passagem ao “progresso urbano” das obras da Copa em troca de ínfimas indenizações públicas.

Nos primeiros dias que sucederam a queda do Tatu, este evento foi enunciado pelos porta-vozes do governo e dos meios de comunicação como um ato incompreensível de violência vandálica (até mesmo de “terrorismo”) – o que avalizava a desumanização dos ativistas políticos e legitimava o estado de exceção policiaco. Este tipo de interpretação só foi se fragilizando com o passar do tempo, na medida em que começavam a circular pela internet alguns vídeos e relatos pessoais que davam conta do uso indiscriminado da violência por parte dos contingentes policiais mobilizados na noite de quatro de outubro.

Uma abordagem alternativa dos acontecimentos, atenta à experiência de luta e sensível à memória política dos manifestantes, é capaz de apresentar as condições de emergência do protesto da Praça Montevideu no marco de uma constelação histórica singular, que retoma e atualiza combates análogos do passado recente. Nos dias que antecederam a defesa da alegria, era comum ouvir nas linhas de ônibus utilizadas por estudantes, nos bares onde confluíam militantes políticos e também nos espaços

⁶ Para mais informações sobre remoções em Porto Alegre no contexto de obras associadas à Copa do Mundo, ver MESOMO, Juliana. *Tecnologías de desplazamientos de poblaciones em contextos urbanos: el caso de duplicación de una avenida em Porto Alegre*. In: Jornadas de Investigación de Antropología Social, VII, Buenos Aires. Actas de las VII JIAS. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2013. Disponível em: <http://www.jias.org.ar/conf-cientifica/comunicacionesActasEvento.php>

universitários reiteradas alusões ao incêndio do “relógio dos 500 anos”, em 24 de abril de 2000, durante o Fórum Social Mundial. Naquela ocasião, um enorme relógio digital que fazia a contagem regressiva para os 500 anos do “descobrimento” do Brasil, instalado pela Rede Globo em área central da cidade, foi desativado e incendiado por dezenas de pessoas numa ação emblemática que repercutiu nacionalmente e terminou replicada em outras capitais do país.

Ao longo do ato de defesa pública da alegria, em 2012, a narrativa da destruição do relógio dos 500 anos foi retomada em diversos diálogos persuasivos entre manifestantes, dinamizando estratégias de convencimento que, aos poucos, situaram o mascote da copa do mundo naquele registro de violência e omissão histórica outrora representado pela apologia acrítica do “descobrimento” do Brasil. Para nos aproximarmos da terminologia de Walter Benjamin em *Sobre o conceito de história*, poderíamos dizer que o relógio da Rede Globo e o mascote da Coca-Cola tornaram-se comparáveis na medida em que puderam ser inscritos e narrados como parte de um mesmo processo de monumentalização da “barbárie”: “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie”⁷. O poderoso consenso público em torno da positividade irrestrita da Copa do Mundo jamais suprimiu a produtividade crítica das experiências concretas de exclusão social; experiências que puderam irromper novamente na política através de uma astúcia retroativa em condições de questionar, “uma e outra vez”, como afirma Walter Benjamin em sua IV tese, as supostas vitórias “outorgadas aos dominadores”⁸.

O esvaziamento do consenso em torno das benesses do megaevento FIFA abriu margem para a problematização pública de uma série de demandas sociais cuja politicidade vinha sendo sistematicamente descartada em meio à apologia do progresso e do desenvolvimento. Em outras palavras, os debates sociais sobre a Copa do Mundo assistiram ao surgimento de um bloco ético-político alternativo⁹ cuja conformação não se circunscrevia apenas à articulação e intervenção pontual dos sujeitos que derrubaram o mascote da FIFA. A emergência deste bloco também se dilatava rumo ao passado –

⁷ Cf. LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 70

⁸ Idem. p. 58

⁹ Cf. MAZZEO, Miguel. *El sueño de una cosa (introducción al poder popular)*. Buenos Aires: El colectivo, 2006.

transformando, ao mesmo tempo o sentido deste último –, para tornar-se herdeira de uma crítica radical a toda forma de progressismo tendente a monopolizar o curso da história e a obturar outras possibilidades de devir.

Ao atacar o monumento da Copa do Mundo, a defesa da alegria também redimensionou a correlação de forças estabelecida em Porto Alegre, isto na medida em que as demandas parciais esgrimidas por uma maioria de jovens de classe média terminaram associando-se com outras lutas igualmente parciais, desenvolvidas em diferentes pontos da metrópole e do espectro das classes sociais¹⁰. A ideia de um bloco ético-político alternativo não remete, necessariamente, a homogeneidades programáticas, mas sim a uma nova arena de interlocução e intervenção política distanciada crítica e experiencialmente dos discursos dominantes sobre melhoramento urbano, bem estar e progresso social.

À luz desta apresentação alternativa dos primeiros protestos realizados em Porto Alegre, a pergunta recorrente sobre como é possível que a violência irrompa nas ruas em um dos “melhores momentos” da democracia brasileira já não pode ser tomada como ponto de partida fiável para analisar a conjuntura atual. No entanto, apesar de sobrelevarem completamente o caráter contraditório e eminentemente violento da vida democrática sob o capitalismo, indagações desta ordem nos permitem captar – e criticar – a singular “representação da história” sobre a qual assentam. Trata-se de uma história linear, como a metaforizada pelos relógios; um fluxo temporal vazio no qual, uma vez ajustada e imposta a “forma correta” de fazer as coisas, todas as demais práticas sociais que não se encaixam ou se opõem ao *modus operandi* programado podem ser solenemente ignoradas, relegadas *a priori* – e sem direito de escuta – à inexistência política e social.

Se o tempo da Copa do Mundo, da gentrificação, da reconversão urbana consiste numa espécie de fluxo quantitativo vazio – subsumido numa promessa de futuro à qual alguns deveriam sacrificar suas esperanças e modos de vida em favor do “progresso de todos” –, então em que tempo habitam os depredadores de relógios, os novos iconoclastas que derrubam totens secularizados do consenso nacional-

¹⁰Tal composição de forças veio a expressar-se publicamente em circunstâncias posteriores, através de marchas conjuntas entre estudantes e moradores de bairros populares no auge dos protestos de Junho/Julho de 2013.

desenvolvimentista? Talvez o tempo da ação direta, carregado de fulgores repentinos da luta passada, seja o tempo-agora (*Jetztzeit*) evocado por Benjamin. Diferente de *chronos*, o tempo formal(izado), *Jetztzeit* é o tempo pleno, “em que cada instante contém oportunidades únicas, constelações singulares entre o relativo e o absoluto”¹¹. Trata-se de um tempo qualitativo, mais parecido àquele dos calendários, onde a consciência histórica do tempo e o tempo do mito interpelam-se mutuamente para alcançar de cheio a experiência presente, carregando-a de significado. Parafraseando Löwy, quando tombou o mascote da copa do mundo, dois tempos se cruzaram violentamente: o tempo-agora da rebelião – constelado de estilhaços do passado, pontilhado pelos dramas subterrâneos do presente – e o tempo mecânico, supostamente inexorável, do progresso.

“Acabou o amor”: exceção virtual e exceção real

A “batalha do Tatu”, como ficou conhecido o embate entre manifestantes e forças policiais depois da queda do mascote da Copa do Mundo, não apenas recompôs e potencializou a frente discursiva crítica aos efeitos excludentes do desenvolvimentismo, senão que também inaugurou um amplo debate social sobre o uso da violência nos protestos desencadeados em Porto Alegre. Mesmo que a nova onda de manifestações de rua desatada a partir de meados de 2013 tenha sido fomentada pelo aumento do preço das tarifas de transporte público, o evento envolvendo o mascote da Copa, alguns meses antes, continuou sendo reivindicado pelos manifestantes como etapa fundacional de um novo cenário político. Se o ocorrido em quatro de Outubro de 2012 podia ser lido como “batalha”, era porque havia um desejo, por parte de certos setores mobilizados, de apresentar as manifestações posteriores não como sublevações atomizadas e pontuais, mas sim como elos de um conflito complexo, duradouro; conflito capaz de assimilar e dinamizar renovadas demandas políticas através do poderoso eixo representado pela crítica à Copa do Mundo. Com efeito, os repertórios táticos desenvolvidos na “batalha do Tatu” repercutiram e se atualizaram nos demais protestos. Em todos eles, sem exceção, houve confrontos mais ou menos duros com a polícia militar e reiteradas tentativas de

¹¹ Op.,cit., p. 120

explorar os interstícios ambíguos da legalidade para ensaiar novas formas de exercício do poder.

Diferentemente das versões difundidas pelo governo e pelos meios de comunicação, o uso da violência nos protestos nunca se restringiu a grupos coesos e bem definidos, adeptos indeclináveis da ação direta (os chamados *black blocs*). Da mesma forma que na “Batalha do Tatu”, a passagem dos métodos pacíficos para a ação violenta sempre apareceu como possibilidade latente, altamente conjuntural e dispersa. Repassando a memória das marchas que integrei, me vêm à mente algumas imagens que sustentam esta avaliação. Lembro-me de ver jovens entregando flores brancas aos efetivos policiais numa demonstração de pacifismo. Instantes mais tarde, os mesmos jovens terminaram entrando em embate físico com os soldados, quando estes decidiam prender ou espancar seus amigos e conhecidos presentes no protesto. Em outra oportunidade, vi meninos moradores de rua, alvos sistemáticos da arbitrariedade do poder repressivo estatal, correndo entre os manifestantes com os punhos cheios de pequenas pedras, à espera da oportunidade única para um inusitado acerto de contas com a polícia. Estes são alguns poucos exemplos da capilarização de práticas violentas nos protestos de rua, todas elas expressão do emaranhado de experiências mais ou menos compartilhadas de ódio e repúdio ao *estado de exceção virtual* inerente à legalidade democrática.

Mas a disposição ao uso da violência não se manifestava apenas em ações isoladas, movidas por intencionalidades singulares, às vezes insondáveis. Uma das principais palavras de ordem ouvidas durante o longo ciclo de marchas multitudinárias na cidade de Porto Alegre soava como advertência às “forças da ordem”: “Recua, polícia, recua, é o poder popular que tá na rua”. Impossível deixar de reparar que neste grito está explícita a ideia de um poder opositor – “popular” – com capacidade concreta de retaliação. Outra consigna recorrente retomava a experiência dos escravos rebelados para expressar uma decisão de ruptura com o suposto pacto de cordialidade que sedimenta a vida na cidade e o espírito de “urbanidade”: “acabou o amor, isto aqui vai virar Palmares¹²”.

¹²O quilombo dos Palmares foi um território livre de escravidão localizado no Brasil, integrado por várias aldeias, que existiu entre 1580 e 1710, organizado por escravos negros fugitivos e seus descendentes, ainda que ali afluíram indígenas e uma minoria branca.

Ao condensar em si o poder para dispor e para ordenar, a polícia representa de forma emblemática o estado de exceção virtual que a legalidade democrática instaura. Em palavras de Walter Benjamin, ainda que polícia mobilize a violência “para fines de derecho (con derecho a libre disposición), la misma facultad le autoriza a fijarlos (con derecho de mandato), dentro de amplios limites”¹³. Na prática, a polícia atua, tal como os advogados e juízes, na condição de verdadeira operadora do direito, mas com a seguinte peculiaridade: ela simultaneamente funda e conserva a lei de acordo com critérios de arbítrio não codificados em nenhuma constituição. Esta constatação permite afirmar que os fins buscados e eventualmente alcançados pela violência policial – ou, para utilizar uma terminologia foucaultiana, os “efeitos de poder” da ação policial – não são sempre os mesmos e tampouco estão conectados com os fins que se arroga o direito. Entretanto, sem o precedente aberto por este último, a legitimidade da ação policial seria impossível.

Muitos ativistas sociais chegaram a conclusões semelhantes às de Benjamin ainda durante a Batalha do Tatu, quando a ação indiscriminada da polícia produziu feridos graves entre os membros de um setor social até então pouco familiarizado com este tipo de ataque. A ação da polícia naquele contexto foi amplamente moralizadora e “corretiva”. Enquanto distribuía pancadas entre todos/as os/as que lhes cruzavam o caminho, os policiais iam evidenciando o verdadeiro sentido da punição aplicada: os homens eram interpelados como “marginais”, as mulheres como “vagabundas”. Estas últimas ainda eram exortadas aos gritos a “procurarem seus machos” ou a “irem lavar uma louça”. Situações análogas se repetiram não só em Porto Alegre, mas também em todo o Brasil durante 2013 e incorporaram especial virulência nas ofensivas policiais sobre protestos realizados em bairros populares e favelas. O seguinte relato, que chegou até mim no dia 27 de junho de 2013, foi redigido por um jovem integrante dos protestos na capital do Rio Grande do Sul. Ele sintetiza, de alguma maneira, a sequência de experiências que levaram determinados sujeitos a construir sua própria definição do que significa o “estado de exceção” democrático:

¹³Cf. BENJAMIN, Walter. “Para una crítica de la violencia”, en: Blatt, Roberto (comp.). *Para una crítica de la violencia y otros ensayos*. Madrid: Tauros, 1998. p. 31-32

Hoje pela manhã, por volta das 8h40min eu estava caminhando para a faculdade e dois policiais sem identificação no uniforme me abordaram numa esquina do Centro. Eles revistaram a minha mochila e viram que eu tinha um cartaz que dizia "RBS mente" (RBS é a sucursal da Rede Globo na região Sul). Depois jogaram todas as minhas coisas no chão e pisotearam. Eles diziam que eu era mais um dos vândalos/drogados que estavam participando dos protestos. Me colocaram na viatura onde estavam outros dois meninos, um deles parecia ser menor de idade. O outro era negro e muito humilde, tinha uns 18 anos, como eu. Os policiais nos tratavam de forma agressiva e não nos davam nenhuma explicação sobre o que estava acontecendo (...) Diziam coisas do tipo "tu deve ser um daqueles ladrões que foram roubar na Paquetá" (Paquetá é uma loja de calçados que foi atacada durante um protestos em Porto Alegre. Não se registrou nenhum roubo nessa ocasião). Os policiais impediam que nós nos comunicássemos e quando a gente falava eles nos reprimiam com socos e tapas. O menino mais jovem parecia muito assustado e se tornou o alvo preferido das ofensas dos policiais. Era chamado de "veadinho" e apanhava no rosto. Em nenhum momento nos disseram porque estávamos sendo presos e aonde iam nos levar. Deixaram cada um de nós em um lugar da cidade. O menino mais pobre foi retirado do carro abaixo de socos, o outro desceu num bairro próximo do Centro e eu fui deixado num estacionamento próximo da rodoviária. Eu, que já tinha perdido toda a confiança na polícia devido à forma como atuou diante dos últimos protestos, os odeio ainda mais. Quem nos protege da polícia?

O “estado de exceção virtual” tornou-se, talvez de forma inédita desde a abertura democrática, uma experiência social transversal e dramaticamente tangível. Neste cenário, a violência popular assemelhou-se ao “estado de exceção real” que Walter Benjamin localiza nas antípodas dos poderes autoritários. Um estado de exceção utópico, mas que é “prefigurado por todas as revoltas que interrompem apenas por um breve momento o cortejo triunfante dos dominantes”¹⁴. À revelia de toda a campanha de deslegitimação promovida pelos grandes jornais e cadeias de televisão e por diversos políticos e hierarcas à frente das aparelhagens repressivas, a ação direta foi fixada como possibilidade sempre disponível em todo o país ao longo da jornada nacional de protestos. A esfera política das ruas construiu uma autonomia relativa diante dos parâmetros de ação política legítima alardeados pelas autoridades e reiterados pela mídia (ou vice-versa). Isto foi possível à custa de um enorme investimento em contra-informação cujos principais suportes eram as redes sociais e logicamente, as discussões e jogos persuasivos levados a cabo em cada demonstração pública de força. O êxito relativo da atividade de contra-informação materializou-se no fato de que, para muitas forças políticas e sujeitos independentes que atuavam nos protestos, a preocupação

¹⁴Op., cit., p. 85

obsessiva por julgar os próprios atos através da dicotomia legal/ilegal deixou de ser um imperativo permanente, permitindo, assim, a experimentação com juridicidades e moralidades alternativas. Se os manifestantes eram constantemente adjetivados de vândalos nas manchetes dos jornais, não foram poucos os que subverteram o conteúdo negativo e censurador desta interpelação ao revidá-la com a consigna “os vândalos ao poder”. Mas que tipo de poder seria este? A ocupação da Câmara de Vereadores da cidade de Porto Alegre, no dia dez de Julho de 2013, liberou diversas práticas de debate e deliberação que poderiam inspirar encaminhamentos iniciais a tal questão.

“As mudanças que o Brasil precisa estão além das que o governo propõe”

A frase que dá título ao tópico era uma entre dezenas de outras consignas afixadas durante o período de ocupação na parede de fundo do salão onde se realizam as sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Ela consiste numa excelente definição do ambiente político que propiciou o aparecimento de outras esferas de debate sobre os problemas da cidade e suas possíveis resoluções. O neodesenvolvimentismo impulsionado pelo governo federal a partir da assunção de Lula e incrementado com fortes matizes tecnocráticos durante o governo Dilma gerou certa melancolia entre os movimentos sociais que visualizavam no projeto nacional do Partido dos Trabalhadores uma via para canalizar demandas históricas de participação popular radical. Era como se os códigos promovidos pela esfera governamental para falar de política e legitimar as escolhas do poder público estivessem distanciando-se paulatinamente dos critérios e lógicas manejados pelas forças políticas “de base”.

No nível da administração pública local, essas tendências de ortopedização tecnocrática da atividade política são evidenciadas pelas chamadas práticas de “governança”, que identificam nas “comunidades” – leia-se, nos bairros – uma espécie de sujeito político contemplativo que, uma vez armado com certas ferramentas de intervenção política – estatísticas produzidas pelos poderes municipais, instrutivos sobre como se realizam licitações, manuais de desenvolvimento social, etc. – pode colaborar com os “gestores públicos” na avaliação dos investimentos mais pertinentes em cada lugar e momento. Esta participação popular altamente controlada limita a

enunciação das aspirações políticas a um *script* pré-estabelecido de variáveis a serem levadas em conta pelo “cidadão responsável”, interessado em fazer a diferença em sua comunidade. Desta forma, a emergência do novo fica reduzida a busca pela “inovação” num caldo de cultura sempre estável. Portanto, a governança, enquanto paradigma de governo, pode bem ser compreendida como a extensão da lógica do mercado de massas ao terreno da participação política, abrindo um ciclo que faz aparecer o novo no sempre igual e o sempre igual no novo¹⁵.

Mas a fantasmagoria dos desejos preteridos e postergados – desejos obscurecidos pela monumentalização de um progresso econômico amparado em princípios de “gestão eficiente” – emerge sob a forma de novas esferas públicas, difíceis de serem capturadas nos termos mais convencionais da política institucionalizada. Num dado momento das manifestações de rua, era como se o tempo mecânico dos políticos progressistas e legalistas estivesse sendo descompassado por um movimento puramente negativo, que deixava em suspenso a síntese de qualquer projeto social alternativo. A suposta inexpressividade identificada pela imprensa, pelos “gestores públicos” e inclusive por certos acadêmicos naquele “gigante confuso e destrutivo” fez com que os porta-vozes autorizados do poder convencional proliferassem todo tipo de prescrições: “é preciso conformar demandas claras”; “trata-se de ódio não canalizado”; “é a polifonia exuberante de uma heterogeneidade inconciliável, indefinível”. Mas, como vim narrando até aqui, nunca houve nas ruas nada que se parecesse ao silêncio autista de um gigante confuso e nem à polifonia anti-pragmática. Havia, isto sim, um processo aberto, o ensaio permanente de articulações possíveis num campo de interlocução *sui generis*, sustentado pela ocupação ostensiva e cotidiana dos espaços da cidade.

O registro das incessantes lutas pela hegemonia, atualizadas em cada marcha, ficaram inscritas para consulta nos muros das cidades, nas fotografias de um mar de cartazes cujas consignas às vezes se contradiziam diretamente entre si e em outros casos flertavam umas com as outras na busca de éticas compartilhadas. Em Porto Alegre, progressivamente, grandes faixas passaram a coroar o fluxo das multidões, sinalizando o advento instável do mínimo denominador comum: “que os ricos paguem a conta”. Simultaneamente, centenas de organizações políticas, algumas delas envolvidas, até

¹⁵Cf. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

bem pouco tempo, em fracionismos hiperpolitizados e paroquiais, procuravam tecer articulações que permitissem unidade de ação. Todos estes esforços tornaram possível a realização de um dia nacional de lutas marcado pela greve geral do transporte coletivo na cidade e por diferentes intervenções políticas, entre elas, a ocupação do parlamento municipal.

As forças sociais que decidiram explorar as consequências mais radicais abertas pela conjuntura de Junho-Julho eram justamente aquelas cujo projeto de emancipação, as demandas por reconhecimento e a própria experiência de sociedade cabiam cada vez menos no horizonte pragmático da esquerda partidária. (Entre parênteses, é interessante observar que algumas dessas forças haviam sido convocadas, em períodos eleitorais, para catalisar o apoio ao governo progressista; depois, no entanto, suas aspirações mais radicais terminaram obnubiladas pela escatologia do “progresso econômico com diminuição da pobreza”, reeditada pelo neodesenvolvimentismo oficial). Esta miríade de movimentos – que incluía pequenos movimentos de juventude, tendências socialistas dos partidos no governo, agremiações anarquistas, comitês populares da Copa do Mundo¹⁶, organizações de comunidades tradicionais, movimentos pela igualdade de gênero, centrais sindicais classistas, etc. – negou o discurso tutelar da política oficial para declarar uma resoluta disposição em cuidar dos próprios assuntos, utilizando um novo repertório tático que a frustração com a institucionalidade pusera ao seu alcance.

A proposta de ocupação da Câmara de Vereadores¹⁷ surgiu em uma reunião de cerca de vinte pessoas organizadas na Frente Autônoma, agrupação de forças políticas não partidárias que integra o Bloco de Luta Pelo Transporte Público, organização que nucleia um amplo espectro de coletivos políticos em oposição ao modelo privatista de mobilidade urbana. Incluir a tomada do parlamento municipal na agenda do dia

¹⁶Uma reflexão sobre o surgimento dos Comitês Populares da Copa do Mundo pode ser encontrada em ARAUJO, Gabriele. *Dinâmicas da ação coletiva: uma etnografia sobre o processo de mobilização contestatório em torno da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Porto Alegre*. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/37305>

¹⁷O relato que segue a respeito da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre pôde ser constituído através do diálogo com dois companheiros que participaram da mobilização desde os seus primeiros momentos – um deles, independente, ou seja, sem vinculação orgânica com nenhum dos coletivos que organizou a ocupação; a outra, integrante do Bloco de Luta e da Frente Autônoma. Complemento estas narrativas com matérias publicadas por jornalistas também presentes na ocasião.

nacional de lutas respondia à constatação de que o modelo dos protestos estava se desgastando por conta de confrontos cada vez mais desiguais e esgotadores com a polícia militar.

Em 9 de Julho, às vésperas do dia nacional de lutas, alguns integrantes da Frente Autônoma e do Bloco de Luta se reuniram com a Frente Quilombola para avaliar as condições de ocupação da Câmara. Esta reunião, que refletia um interesse de fortalecimento recíproco entre ambos os coletivos, culminou com a ampliação das pautas em favor do transporte público, ressignificando a própria reivindicação do passe livre – até então circunscrita aos estudantes –, de modo que esta incluísse, também, indígenas e quilombolas. O encontro definiu lineamentos gerais para a ação do dia seguinte: uma parte dos ativistas ingressaria no parlamento de manhã cedo e outro setor participaria de atividade em favor da reforma agrária – que também integrava a agenda do dia de mobilizações nacionais – e depois se deslocaria para a ocupação.

Um pequeno grupo de manifestantes chegou à Câmara Municipal com suas mochilas nas costas por volta das 9h da manhã de quarta-feira, dia 10 de Julho e foi recebido no gabinete de alguns parlamentares vinculados a partidos de esquerda favoráveis aos protestos. Pela tarde, os ativistas se encaminharam ao plenário. Sua presença chamou a atenção do presidente da Câmara, Thiago Duarte (PDT), que ordenou o fechamento dos portões do edifício. Começaram, então, os gritos de “somos o povo, pelo passe livre nós vamos ocupar” e “abram a casa do povo”, seguidos pelo ingresso dos manifestantes na área reservada aos vereadores. Por intermédio de duas parlamentares simpáticas à ação, teve início uma breve negociação cujo objetivo era obter o compromisso dos militantes de não realizar depredações ao edifício, uma vez concretizada sua ocupação. Este diálogo ocorreu de forma inusitada, com seguranças, vereadores e ocupantes sentados no chão do plenário. Enquanto isso, do lado de fora da Câmara, outro grupo de ativistas esperava a abertura das portas para poder adentrar ao recinto.

Antes que os portões fossem abertos, os manifestantes organizaram uma comissão de segurança composta por homens e mulheres, com o objetivo de evitar o ingresso de policiais infiltrados e pessoas alheias à mobilização. O processo de “identificação” de quem pretendia entrar no parlamento dava-se da seguinte forma: a

pessoa interessada levantava a mão, dizia seu nome e eventual vinculação política; no interior do edifício, seus conhecidos corroboravam a informação e garantiam a entrada. No final do processo, já caída a noite, todas as pessoas que esperavam do lado de fora puderam ingressar.

A primeira assembleia serviu para que os cerca de 300 ocupantes se apresentassem e criassem algumas comissões de trabalho. O jornalista Iuri Muller, do Jornal Sul21, presente na ocasião, narrou os resultados dessa primeira assembleia da seguinte maneira:

Outras comissões já foram organizadas após a primeira assembleia da ocupação, que ocorreu por volta das 21h desta quarta-feira. A de limpeza busca manter o local nas mesmas condições que registrava no início da movimentação, enquanto que a de segurança busca controlar a entrada e a saída dos manifestantes, além de manter certo diálogo com os guardas da casa. Nas paredes, nenhuma pichação foi registrada, e são muitos os cartazes que apontam para as reivindicações do processo: “transporte público 100% público”, “abertura das contas das empresas” e “passe livre para o povo”¹⁸.

Ainda nos primeiros momentos da ocupação da Câmara, em mais um episódio da luta permanente de contra-informação, dois jornalistas da Rede Brasil Sul (RBS), sucursal da Rede Globo no Estado do Rio Grande do Sul, foram estrangidos pelos manifestantes a deixar o local sob os gritos de “Fora RBS”. Eles saíram abraçados à vereadora Mônica Leal, do conservador Partido Progressista. Os demais meios de comunicação puderam permanecer na Câmara, mas deviam se retirar durante a realização das assembleias. Ao longo de toda a ocupação, os jornalistas vinculados a pequenos meios de comunicação e a coletivos de produção de informação alternativa foram priorizados na divulgação de opiniões e comunicados. Após a expulsão dos jornalistas da RBS, o Bloco de Luta emitiu nota de esclarecimento na qual afirmava que

em qualquer cenário democrático, indivíduos, coletivos e organizações devem ter autonomia para decidir como e com quem dividem suas informações. O Bloco de Luta pelo Transporte público quer manter um diálogo aberto com a população. Para isso, mantém seus próprios meios de comunicação e se mantém aberto aos veículos de mídia alternativos. Em nosso entendimento, dialogar com a população não deve ser confundido com sermos obrigados a falar com um grupo de mídia que, há anos, monopoliza os grandes meios de comunicação da Região Sul e promove uma verdadeira guerra de desinformação contra os movimentos sociais que contrariam

¹⁸<http://www.sul21.com.br/jornal/cidades-2/primeira-noite-da-ocupacao-tem-plenario-cheio-e-pouco-espaco-para-o-sono/>

seus interesses financeiros. Se não há uma democratização estrutural da mídia em nosso país, nós mesmos continuaremos realizando essa tarefa de democratização, com nossas próprias mãos. REPUDIAREMOS SEMPRE a presença do Grupo RBS em nossos espaços, e sempre privilegiaremos as mídias alternativas¹⁹.

Depois de realizados os primeiros encaminhamentos para organizar a rotina da ocupação, um grupo de pessoas comprou vinho para confraternizar e as mesas dos parlamentares “tornaram-se mesas de bar”, nas palavras de uma interlocutora. Tiveram lugar, também, as primeiras intervenções sobre a estética do plenário. Um grupo de lésbicas colou ao lado do crucifixo, no alto de uma das paredes do recinto, dois cartazes com os dizeres: “Jesus é gay” e “Estado laico?”. Aos poucos, os quadros com as fotografias de determinados vereadores foram sendo invertidos e “legendados” com placas que denunciavam sua vinculação a grandes interesses econômicos e especulativos.

Às 8h da manhã do segundo dia de ocupação ocorreu outra assembleia organizativa que durou cerca de três horas. As pautas de convívio eram formuladas em microfone aberto e referendadas pelo auditório com as mãos levantadas. Estabeleceram-se horários de silêncio, horários de refeição e os locais para a realização de apresentações musicais. A Frente Quilombola encarregou-se de preparar as refeições com alimentos obtidos através de doações das pessoas e instituições que apoiavam a ocupação. Deliberou-se, também, a criação de seminários abertos a toda a população para debater as pautas levantadas pelo Bloco de Lutas.

No terceiro dia, os ativistas se reuniram com o presidente da Câmara, Thiago Duarte (PDT), para negociar uma possível retirada. Duarte exigiu a imediata desocupação do prédio para evitar “traumas” e terminou sua intervenção rogando que “deus nos proteja”. Sua atitude foi interpretada pelos ocupantes como uma ruptura dos diálogos. Já pela noite, começaram a circular rumores de que havia sido protocolada na Justiça uma ação de reintegração de posse. Tal medida teria sido decidida pelo presidente da Câmara após reunião com vereadores contrários à ocupação numa churrascaria elegante da cidade.

¹⁹<http://jornalismob.com/2013/07/12/carta-do-bloco-de-luta-sobre-a-expulsao-dos-jornalistas-do-grupo-rbs-da-camara-ocupada/>

No quarto dia, nova assembleia foi convocada. A composição da mesa coordenadora seguiu critérios de envolvimento político com o movimento e promoção de práticas de fala igualitárias, incluindo, portanto, duas jovens negras e um rapaz vinculado ao movimento pela igualdade de gênero. Neste contexto a possibilidade de desocupação do recinto foi debatida em meio a fortes polêmicas. Um grupo vinculado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado sugeria que já havia sido alcançada uma grande vitória e era o momento de empreender a retirada para evitar novo confronto com a polícia, colocando em risco desnecessário a integridade física de muitos dos presentes, entre os quais havia crianças. Outro bloco de opinião, respaldado pela maioria dos coletivos ali presentes, sustentou a necessidade de manter a ocupação, esperar as resoluções da Justiça e aprofundar a ação política em favor de um novo modelo de transporte coletivo.

No quinto dia teve início a redação dos projetos populares de lei destinados a transformar o sistema de transportes. Foram criados, então, três grupos de trabalho abertos com o objetivo de elaborar leis que garantissem: 1) a abertura das contas das empresas de ônibus, de modo que fosse possível conhecer suas margens de lucro; 2) a criação de um sistema de transporte totalmente público e estatal; 3) a implantação do passe-livre para estudantes, desempregados, indígenas e quilombolas (no anexo, a íntegra do texto dos projetos). Cada projeto de lei foi redigido com ajuda de advogados, que se esforçavam tenazmente para “traduzir” em categorias jurídicas a radicalidade das demandas levantadas. Pela tarde, os ocupantes realizaram nova assembleia com a finalidade de estabelecer as últimas modificações no texto dos projetos. A noite foi de preparação para resistir a uma eventual reintegração de posse, caso esta fosse autorizada pela Justiça: “eu não queria acordar com um fuzil na cara, mas não sairíamos de lá espontaneamente, só se a Brigada Militar nos retirasse”, relembra uma interlocutora que participou de todo o processo de ocupação e me ajudou na composição deste relato.

A segunda feira foi um dia tenso. Todos estavam de pé desde as 5h da manhã a espera dos efetivos policiais. Pela tarde chegaram dois oficiais de justiça ao local. Eles constataram o “caráter pacífico” do movimento e concluíram que, dada a enorme quantidade de pessoas ali presentes, seria difícil realizar, naquele momento, uma

reintegração de posse. O ambiente de medo e incerteza só se dissipou pela noite, quando a medida de reintegração de posse foi suspensa pela juíza Cristina Luisa Marquesan da Silva. Na decisão, ela considerou que “a medida drástica de retirada forçada desses cidadãos não é o melhor caminho, neste momento”. Uma audiência de conciliação foi designada para o dia 17, quarta-feira.

Por volta das 15h da quarta-feira uma comissão integrada por cinco militantes do Bloco de Luta – membros do PSTU, da Federação Anarquista Gaúcha, da Frente Autônoma, uma liderança quilombola, um advogado do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – reuniram-se com o presidente da Câmara de Vereadores, Thiago Duarte (do Partido Democrático Trabalhista) e outros parlamentares no Fórum Central da Capital. A reunião durou cerca de quatro horas e terminou com o seguinte acordo: os manifestantes iniciariam sua retirada parcial da Câmara a partir daquela noite, após uma assembleia da ocupação. Em contrapartida, o projeto de lei prevendo a abertura das contas das empresas de ônibus seria protocolado pelos vereadores na manhã seguinte. A Câmara também se responsabilizou por encaminhar neste mesmo dia ao Poder Executivo Municipal o projeto de passe livre, para que fosse analisado pela Prefeitura. As bancadas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) assumiram o compromisso de subscrever, sem alterações, o projeto elaborado pelos ocupantes e acompanhar sua tramitação.

Observações finais: o dilema do velejador, entre cumplicidade subversiva e “violência divina”

Uma análise fracionada dos acontecimentos narrados até aqui poderia sugerir que a ocupação da câmara de vereadores significou uma inflexão na natureza dos protestos presenciados na cidade de Porto Alegre, uma substituição da ação direta violenta nas ruas por intervenções “pacíficas” de ânimo conciliatório. Meu ponto de vista é diferente. Entendo que os embates sistemáticos com as forças de segurança e o esforço coletivo difuso por construir relatos alternativos sobre o uso da violência permitiu aos sujeitos mobilizados inscreverem seu percurso de ação mais além da

dicotomia legal/ilegal.

Na ocupação da câmara de vereadores de Porto Alegre é possível identificar uma forma singular de exercício do poder, descomprometida tanto com a legalidade como com a ilegalidade, disposta a explorar a possibilidade de deslocar-se nesse espaço “negado e temível” – diria Benjamin – entre a lei e sua efetiva realização. A capacidade de deliberação política construída pelos manifestantes respaldou-se numa flexibilidade tática vampirizante, cujo êxito residia, nas palavras de Lukács, em, por um lado “coagir o governo à violação de sua própria ordem jurídica” e, por outro lado, em granjear o respaldo de partidos de esquerda mais institucionalizados a essa “violação do direito”²⁰.

Na teoria política prática das ruas e das ocupações, os poderes da República, suas categorias jurídicas, protocolos de ação e porta-vozes autorizados não apareciam como únicas vias possíveis para a canalização das exigências políticas e dos conflitos sociais, mas nem por isso foram descartados de antemão enquanto interlocutores possíveis – descartá-los, aliás, seria praticamente impossível, dada sua enorme capacidade de interpelação. Aceitar o Estado como efeito histórico de poder não significa, como já afirmava Lukács, aceitar que ele determine completamente nossas ações; requer, no entanto, o desenvolvimento situacional de uma espécie de cumplicidade subversiva, sugestivamente metaforizada pelo autor de *História e Consciência de Classe* através da figura do velejador: “um velejador tem que prestar atenção à direção exata do vento e impedir que ele determine sua rota, opondo-lhe resistência e aproveitando-se dele para manter-se firme ao objetivo originalmente fixado”²¹.

Talvez o Walter Benjamin de *Para uma crítica da violência* não ficasse satisfeito com o desfecho desta trama. Para ele, só uma violência hostil a fins pré-determinados é capaz de romper com o ciclo brutal de realização do poder soberano, de eterna sucessão entre fixação e caducidade do direito, entre violência conservadora e criadora. Toda a crítica à ordem resultaria impotente se não impugnasse “o próprio ordenamento jurídico em todas as suas partes, mas apenas leis ou hábitos jurídicos que, no fim das contas, o direito recupera sob a custódia do seu poder, o qual consiste em que só existe

²⁰ Cf. LUKÁCS, György. *História e Consciência de Classe. Estudos sobre dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 479.

²¹Idem. p. 481

um destino e que justamente o que existe, e sobretudo o que ameaça, pertence, irrevogavelmente, ao seu ordenamento”²². Ao caráter extorsivo de uma violência que tem como fim último a instituição do direito – e da “paz” baseada no mero rearranjo da distribuição de espólios e esmolas –, Benjamin opõe a “violência divina”, que destitui o direito junto com as “violências que ele subordina e às quais está subordinado”²³, inviabilizando o próprio Estado e prenunciando uma nova época histórica.

Não é possível dizer que os objetivos iniciais da ocupação eram meramente extorsivos e apontavam a um encaminhamento protocolar das exigências levantadas. Pelo contrário, tal possibilidade de protocolarização só se abriu no último momento, devido à desestabilização inesperada de um hábito jurídico recorrente nestes casos – a reintegração de posse violenta – e a posterior assimilação de uma fração das demandas cultivadas pelos ocupantes – aquelas passíveis de tradutibilidade legal – à agenda de votação dos parlamentares. O efeito corrosivo deste desfecho parcial do conflito foi ter devolvido ao parlamento municipal uma imagem cabal da arbitrariedade criadora de direito que nele encontra-se enraizada. Uma vez abalada a *performance* da representatividade parlamentar através da ocupação da Câmara, a arbitrariedade intrínseca à produção da lei acabou desnudada, arrancando desabafos reveladores de alguns mandões: “estamos discutindo aqui a independência legislativa. *Eu* não sou obrigado a protocolar o que *eu* não quero” (Thiago Duarte, presidente da Câmara de Vereadores). Independência legislativa aparece, na fala deste hierarca, como sinônimo eufemístico da capacidade irrestrita de arbítrio do próprio legislador.

Entendo como parcial o desfecho deste conflito porque a ocupação da Câmara e seus resultados não parecem ter sido a culminação definitiva da atual série de confrontos com a institucionalidade, mas sim uma batalha a mais em seu desencadeamento. Se esta constatação for correta, seria prudente deixar em suspenso – pelo menos por agora – os efeitos calcinantes da crítica benjaminiana a uma violência política incapaz de superar o estreito horizonte da (re)produção do direito. Ainda podemos continuar apostando nas energias liberadoras que os manifestantes cultivaram nas ruas e no parlamento quando evidenciaram, aos olhos de enormes contingentes da

²² Cf. BENJAMIN, Walter. “Para una crítica de la violencia”, en: Blatt, Roberto (comp.). *Para una crítica de la violencia y otros ensayos*. Madrid: Tauros, 1998, p. 30

²³ Idem, p. 44.

população, os fundamentos arbitrários e as insuperáveis limitações da democracia representativa burguesa.

ANEXO

Projetos de lei protocolados após a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

PROJETO DE ABERTURA DE CONTAS DO TRANSPORTE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Bloco de lutas pelo transporte 100% Público é uma ampla composição de movimentos populares e grupos políticos (partidários ou não-partidários) de mais distintas orientações. Nos unimos em torno desta composição por uma pauta clara, precisa e urgente aos trabalhadores, estudantes, desempregados e oprimidos em geral para lutar contra as exorbitantes tarifas e garantir melhorias no sistema de transporte coletivo nessa cidade.

É importante nesse sentido que reivindicamos a imediata abertura e publicização das contas das empresas de transporte, a instalação de audiências públicas para tratar o tema e, por fim, a quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas e empresários. Avaliamos que este conjunto de medidas é fundamental para a garantia de um transporte de qualidade, haja vista que todos os anos a população é surpreendida com aumento das passagens, não bastasse o péssimo serviço prestado, com ônibus lotado, poucas linhas e em más condições.

O argumento das empresas para justificar tais aumentos sempre foi sustentado pela suposta inviabilidade econômica destas em manter os serviços sem os respectivos aumentos. Estudos feitos pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado), em 2012 contrapõem os argumentos das empresas. Acreditamos que os atuais lucros das empresas devam ser publicizados para que seja possível justificar os frequentes aumentos. O sigilo destas contas é algo inaceitável, pois cria uma situação própria aos aumentos em um serviço de fundamental importância e direito de todos os habitantes da cidade de ir e vir, presente na Constituição Federal.

PROJETO DE LEI

Institui a abertura e a transparência das contas relativas ao transporte urbano municipal de Porto Alegre e dá outras providências

Art. 1º Fica instituída a publicização das planilhas de custos do transporte urbano municipal de Porto Alegre, incluindo todos os insumos integrantes do cálculo tarifário, bem como as operações dos consórcios que operam o sistema de transporte público do Município.

§ 1º. A publicização de que trata este dispositivo ocorrerá, anualmente, na data base do reajuste tarifário e ao final do ano fiscal, através da publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, Portal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Portal Transparência da Câmara Municipal de Porto Alegre.

§ 2º. A publicização de que trata este dispositivo retroagirá à publicação do Relatório de Inspeção Especial do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, efetuada na

Empresa Pública de Transportes e Circulação entre 23/07 e 03/08/2012, e abrangerá os exercícios de 2011 e 2012.

§ 3º. A publicização de que trata o parágrafo 2º desta lei ocorrerá em até sete dias úteis da vigência da presente lei, e ocorrerá com a presença dos movimentos sociais, sindicatos e usuários e demais interessados.

§ 4º. Dentre a documentação a ser publicada nos termos deste dispositivo, deverão constar todos os comprovantes fiscais relativos às empresas e consórcios que operam o sistema de transporte público do Município de Porto Alegre.

§ 5º. No caso do descumprimento da obrigação da entrega, pelas empresas e consórcios, dos documentos fiscais de que trata o parágrafo 4º deste dispositivo, ocorrerá o cancelamento da concessão respectiva.

Art. 2º. Por ocasião da publicização das planilhas do sistema de transporte público que opera no Município de Porto Alegre de que trata o artigo 1º desta Lei, será realizada, pela Câmara Municipal de Porto Alegre, audiência pública, convocada em até sete dias da publicização das planilhas tarifárias e convocada com a antecedência mínima de trinta dias da sua realização, e que deverá ser amplamente divulgada.

§ 1º. Em caso do não chamamento da audiência pública pela Câmara Municipal, este poderá ser realizado pelos movimentos sociais, sindicatos e usuários e demais interessados.

§ 2. A coordenação da audiência pública de que trata este dispositivo será composta por representantes das categorias dos trabalhadores, dos movimentos populares e da juventude eleitos em assembléias de base.

§ 3º. A audiência pública terá caráter deliberativo e, em caso da não aprovação dos termos das planilhas de custo do transporte público do Município, poderá indicar:

- a) Comissão de Auditoria eleita na própria audiência;
- b) Suspensão das concessões, passando a gestão das mesmas, temporariamente, aos trabalhadores da respectiva empresa e aos usuários do transporte público, eleitos em assembléias de base das categorias envolvidas, e participantes da audiência pública.
- c) Encaminha ao Ministério Público pedido de quebra do sigilo bancário e fiscal dos acionistas das empresas de transporte público, em caso de suspeita de irregularidades a partir da publicização de que tratam o art. 1º desta Lei.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE PASSE LIVRE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Este projeto foi pensado pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público no intuito de combater a estrutura excludente das políticas governamentais e suas conseqüentes desigualdades sociais. A proposta se baseia, em primeiro lugar, na convicção de que o transporte público é um direito essencial, inclusive com previsão legal no artigo 30 inciso V da constituição federal de 1988, que prevê a competência do município “em organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo que tem caráter essencial”.

Nesse sentido, verifica-se a discordância da realidade concreta que apresenta dados de que 22% da renda das famílias que dependem diretamente do transporte público é destinada a gastos com locomoção (IBGE). Esses gastos reforçam a segregação social e as desigualdades de acesso à cidade e aos serviços básicos de educação, saúde, cultura, trabalho, lazer e outros. Reivindica-se assim a necessidade do passe livre para trabalhadores desempregados de maneira a facilitar o deslocamento para sua reinserção profissional.

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a evasão escolar de 1/4 dos estudantes é decorrente dos altos gastos com transporte público, não suportado pelas famílias de baixa renda. Essa exclusão restringe o acesso à educação, direito fundamental, previsto na constituição federal, Art. 6. Contribui também para a distorção na relação entre a idade prevista dos estudantes e o período letivo cursado. Entendemos que o passe livre tem um impacto direto nesses índices e ressaltamos que a formação cidadã se dá pelo direito ao acesso à cidade, democratizando, assim, os bens culturais localizados nas mais diversas regiões.

O processo histórico de urbanização da cidade de Porto Alegre instaurou grande concentração da riqueza nas regiões centrais da cidade. Processo este que foi conduzido pela especulação imobiliária e por ideologias racistas, que segregaram a população pobre para as áreas periféricas da cidade, excluindo-a do acesso amplo e irrestrito aos serviços básicos e de qualidade. Há uma dívida histórica para com esta população, que ainda hoje perde seus territórios para o grande capital especulativo. Para tanto se fazem necessárias políticas públicas que viabilizem a diminuição das desigualdades sociais. Dessa forma, propomos o Passe Livre como instrumento dessa política pública visando a construção de uma relação equitativa entre acesso aos serviços de qualidade, transporte público e mobilidade urbana.

O Bloco de Luta também reivindica os direitos conquistados historicamente pela população deste país – nenhum direito a menos –, como a isenção tarifária de idosos e portadores de necessidades especiais. Por fim, afirmamos que transporte público é um direito inalienável conquistado pela população brasileira e, portanto, deve ser regrado pelas necessidades desta população e não pelo lucro exacerbado das empresas privadas.

PROJETO DE LEI

Institui o passe livre no sistema de transporte coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre para estudantes e desempregados, cria o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o passe livre no sistema de transporte coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre.

Parágrafo único. O passe livre importará no direito da utilização dos serviços de transporte coletivo por ônibus gratuitamente, por todos os estudantes e desempregados cadastrados no Sistema Nacional de Emprego – SINE, em todas as linhas e horários.

Art. 2º A garantia do passe livre, nos termos do art. 1º desta Lei, será condição para exploração do sistema de transporte coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre.

§ 1º Os custos do passe livre serão suportados pelas empresas concessionárias do transporte público por ônibus, sem oneração do valor da tarifa;

§ 2º. O passe livre será suportado pela margem de lucro das empresas concessionárias.

Art. 3º. A adequação da margem de lucro à previsão legal dar-se-á a partir da correção das distorções do cálculo tarifário, possibilitando a redução da tarifa.

Art. 4º. Em nenhuma hipótese será admitida qualquer isenção fiscal ou subvenção, por parte do poder público municipal, às empresas concessionárias do transporte coletivo por ônibus, para financiamento do passe livre.

Art. 5º. Fica criado o Fundo Municipal de Mobilidade Urbana, destinado a investimentos em mobilidade urbana e na infra-estrutura do transporte coletivo público.

§ 1º. A diminuição do uso de veículos automotores privados, a valorização do transporte público coletivo, na preservação do meio ambiente, são fatores que norteiam a criação do Fundo de que trata este dispositivo.

§ 2º . Os investimentos de que trata este dispositivo referem-se aos diferentes modais, tais como malha cicloviária, transporte hidroviário, metroviário e rodoviário, dentre outros.

Art. 6º. O Fundo de que trata o art. 5º desta Lei será composto por recursos provenientes de impostos, taxas e tarifas que incidem sobre a propriedade privada de centros comerciais (shopping centers e assemelhados), de áreas ociosas, de áreas e prédios de estacionamentos, de bancos privados e de grandes empreendimentos imobiliários.

Art. 7º. Esta lei em vigor na data da sua publicação.